

EDUCAÇÃO DEFICIENTE LEVA O CIDADÃO BRASILEIRO AO SUBEMPREGO

Alessandra Bispo Santos Pereira¹
Janine Santos Silva²
Carmen Lúcia Neves do Amaral Costa³



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo tem como objetivo tornar clara a importância da política pública educacional, que permite a igualdade e inclusão da educação no contexto referente à sociedade. A educação, em qualquer circunstância, depende da política pública para se desenvolver no âmbito da produção do conhecimento; ao ser agrupada às políticas públicas atribui uma inclusão na sociedade, na qual se torna mais visível o conhecimento sobre os deveres dos cidadãos. Atualmente a ideia de priorização da educação para formar um cidadão consciente esta se defasando, não por se tornar desnecessária, mais por estar sendo esquecida no contexto das políticas públicas educacionais que, consideravelmente, nesse processo que engloba e valoriza uma boa qualificação educacional e futuramente profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Política Pública e Social. Educação. Conhecimento.

This article aims to make clear the importance of public education policy, which allows equality and inclusion of education in context refers to society. Education in any circumstance depends on the policy to be developed in the context of knowledge production, to be grouped with public policies, allocate a society in which inclusion becomes more visible knowledge of the duties of citizens. Currently the idea of prioritizing education to form a conscious citizen ending this is not to become unnecessary, more for being overlooked in the context of educational policies that considerably in this process that includes and values a good educational qualification and professional future.

KEYWORDS

Public and Social Policy. Education. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A educação, desde descoberta da escrita, vem sendo aperfeiçoada ante a sua importância para o desenvolvimento e a inclusão de indivíduos no contexto da sociedade, em seus diversos seguimentos, vez que a educação prepara e capacita o ser humano para a tomada de decisões e escolhas. O desenvolvimento de técnicas, para confecção de ferramentas, originaram as primeiras atividades, quais foram: agricultura, pesca e caça. Essas atividades já demonstravam a importância do domínio dos saberes.

Com a ideia do quadripartida, o mundo foi dividido a partir da escrita, sendo desconsideradas todas as atividades produzidas, antes da escrita; essas atividades tiveram uma conotação meramente produzida por incapazes, que não representavam detalhes, construção relevante, pois vieram antes das atividades produtivas pelo ser humano que considerada como produção humana a escrita. Não estava dentro do interesse dos franceses, idealizadores do quadripartido, considerando unicamente as suas questões, inerentes sua política ideológica, ficando assim evidente que a educação antes de ser um instrumento de inclusão; todavia quando entra a política passa a ser um instrumento de exclusão, desconsiderando o princípio criativo de uma sociedade, mesmo porque a escrita nasceu de representações dos sinais gráficos, foram produções aleatória, indo depois a forma cuneiforme.

Ora, a educação na concepção francesa é o meio mais eficaz de inclusão do cidadão no contexto social; se devesse educação tivesse recebido dos brasileiros a mesma importância dos franceses ver-se-ia que a República nascera forte, mas, infelizmente o Brasil não teve essa visão, mesmo estando tão perto dos franceses no período da República não conseguiu perceber essa realidade de um sistema educacional, pois a educação é a mola propulsora do desenvolvimento de um povo, sem educação todas as áreas que formarão o conglomerado administrativo de uma nação, tendo um olhar desde a educação infantil, onde receberam a base para a construção de uma educação que não sofrera solução de continuidade, mas terá mais áreas, desde a sua formação técnica como a formação de nível superior não fica deficiente na implementação de políticas de desenvolvimento na área de bens e serviços, e que se tenha a valoração do trabalhador.

Em 1930 a educação foi vista no governo de Getúlio Dorneles Vargas de grande importância, pois quando pensou em dar uma dinâmica no desenvolvimento da economia brasileira, criando as indústrias siderúrgicas, viu-se de mãos atadas com a questão da mão de obra, foi quando se percebeu que a educação era ineficiente, ainda tentou implementar com brasileiros a economia, com implementação das indústrias no Brasil e teve que recorrer a mão de obra estrangeira. O Brasil que gozou da boa relação com a França e teve nos franceses um parâmetro para criação da República, não teve a mesma visão para desenvolver-se, por meio do seu sistema educacional, uma educação eficiente no Brasil. O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao Poder com o nome de Ministério da Educação e saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

A educação, no início do Governo Vargas, houve uma abrangência que mexeu com toda estrutura do poder público, buscando atingir, faz movimentar com todo sentimento dos educadores. Em 1932 um grupo de intelectuais como: Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, os quais se tornaram os pioneiros da Nova Educação, produziram um manifesto com propostas de mudanças da educação, e que definisse a bandeira da escola pública, Laica, obrigatória e gratuita, em 1934, com Constituição Federal, a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e poderes públicos.

3 EDUCAÇÃO INEFICIENTE NA VISÃO DO SERVIÇO SOCIAL CAUSA DA DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Durante muito tempo, a educação esteve a serviço da elite, enquanto que as oportunidades ficavam concentradas nas mãos de poucas pessoas promovendo assim a desigualdade social e a pobreza. Há na História do Brasil decisões tomadas por força de imposição de políticas capitalistas, como é o caso da alforria do negro que foi imposta pela coroa Britânica, para que os negros trabalhassem assalariado, e para que pudesse haver a movimentação da economia com a circulação do dinheiro. Porém, não foi isso que aconteceu com a situação dos negros alforriados, a mão de obra esperada não aconteceu, pois o foco da mão de obra foi parar nas mãos dos imigrantes estrangeiros, os que estavam a margem da sociedade quando viviam na senzala, agora não tinham moradas definidas, sem formação profissional, sem terra para trabalhar. Causas que até hoje não estão bem resolvidas.

Segundo Suely Robles de Queiroz (2012, p. 103), “[...] [não] se pode negar que as elites quiseram passar a ideia de que os negros foram bem tratados nas casas grandes”, conforme a mesma autora, “como diz Gilberto Freire (1933), [...] [desde] logo salientamos a doçura nas relações dos senhores com os encravos domésticos talvez, maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. Essa visão da margem da grande polêmica historiográfica sobre a caracterização do sistema escravista, até hoje não resolvida, pois condicionadas a influências ideológica e, conseqüentemente, ao enfoque teórico de cada autor.

A educação deve ser uma aliada do serviço social na busca de alternativas para estar aprimorando as condições geradas por ações públicas para que se possa estar corrigindo

212 | distorções de comportamento que geram déficit social, os quais dividiram uma sociedade criando os desiguais. Motivados por questão da ética, outros por questões puramente econômicas, entre pessoas que a única diferença está no ter, pois, para o ser cada um vai construindo o seus espaços, o ser; com a mudança de atitude, através de um novo olhar do mundo para as questões, educação da dinâmica à vida e traz oportunidade em que os que não poderiam estar ocupando o lugar daquele que um dia achou que ali seria sua cadeira cativa, com as mudanças de comportamentos, orientada por políticas que desperte no ser humano, a necessidade de buscar seus direitos, não obstante as leis.

Como cita Raymond Aron (2008, p. 54), Montesquieu “não trata das leis, mas, do espírito das leis.” As leis positivas, devem estar relacionadas aos aspectos do país, seu clima frio, ou quente, ou temperado; a qualidade do solo, a situação, a extensão, do tipo de vida dos povos, agricultores, caçadores, ou pastores. Elas podem referir ao grau de liberdade que a constituição pode suportar: A religião dos habitantes, as suas inclinações, e aos seus costumes.

Escravidão. por mais que se possa imaginar ser um problema superado na sociedade Brasileira, e não precisar ser combatido, é porque, quem assim pensa desconhece os efeitos psicológicos. Como diz Ernst Cassirer (1994, p. 88):

No homem não descrever a lembrança como um simples retorno de um evento, uma vaga imagem ou cópia de impressões anteriores. Não é simplesmente uma repetição, mas antes o renascimento do passado; implica num processo criativo e construtivo. Não basta recolher dados isolados da nossa experiência passada; devemos realmente recolhê-las, organiza-las em foco de pensamento.

A memória é um ato individual que busca repetir fatos guardados por experiências ou por processos repetidos. Os eventos que envolvem o ser humano tende a marca-los de modo que pode ajudá-los na vida ou ele pode tornar-se alguma coisa que não ficou bem resolvida, como a memória simbólica, como cita Ernest Cassirer (1994).

O primeiro grande exemplo do que significa uma autobiografia foi dado pelas confissões de Agostinho. Nela encontra-se um tipo diferente de autoexame. Agostinho nos eventos de sua própria vida, que para ele mal valiam apenas ser lembrados ou registrados, o dogma contado por ele e o drama religioso da humanidade. Sua própria convenção não é mais que a repetição e o reflexo do processo religioso universal da queda e da redenção do homem. Cada linha do seu livro não tem só um sentido histórico, mas também um sentido simbólico oculto.

A memória individual cria toda uma gama de dificuldades, imaginem quando essa realidade passa a ser de vários indivíduos refletindo no coletivo. Le Goff (2003) aborda essa questão com muita prioridade. Leroi-Gourhan considera a memória em sentido lato e distingue três tipos de memória: memória específica, memória ética e memória artificial. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – Aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem (LE GOFF, 2003, p. 424).

Os efeitos psicológicos ainda atormentam um grande numero dos Afros descendentes

tes, esse complicador do relacionamento humano, criou e expulsou o cidadão que trabalhava, e ao mesmo tempo pensava na família, foi construído em cima desse tipo de sentimento repetido, de forma que as lembranças eram trazidas a memória de forma discriminatória, o que aguçava o sentimento de vingança entre os seres humanos. E aquilo que parecia distante passava a fazer parte da vida, agora de forma dolosa, as lembranças que os antepassados não tiveram tempo de se despedir, dos seus parentes, filhos ou mulheres, ou mesmo de pelo menos ter informação trouxe sentimentos profundos.

Segundo Ernst Cassirer (1994, p. 88), memória simbólica é o processo pelo qual o homem não só repete sua experiência passada, mas também reconstrói essa experiência. Imaginação torna-se o elemento necessário à verdadeira lembrança.

Convém dizer que a cada vez que se busca tratar a questão da exclusão social, levanta na imaginária das pessoas que são vítimas, desse impropério contra os Africanos e que é estendido para os seus descendentes, os quais continuam sendo excluídos, apesar das oportunidades que se apresentaram para eles por meio das cotas, contudo a escola pública não representa condições de conhecimento para muitos continuarem nos cursos que ingressaram por meio delas. Isso mostra que educação não funciona na facilidade de ingressar em uma academia pública ou particular.

3.1 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LIBERDADE

Não há liberdade para o exercício da livre escolha de uma atividade se a pessoa não tiver uma formação educacional. Tudo que limita a pessoa tem grande possibilidade de torná-la vítima de pessoas inescrupulosas, que vivem de aproveitar falhas no processo de formação do cidadão. Por esse motivo a educação do cidadão é compartilhada dentro de uma conjuntura onde está presente de forma ativa, como direito de todos, dever do estado, da família e será promovida a colaboração da sociedade.

Constituição Federal e código Penal. 2010. Art. 205, art.206 § I, VII, Fica definida a sua funcionalidade no parágrafo único; Art. 207-212. Dispõe da funcionalidade e participação dos recursos que união, estado e município dispensam para fazer acontecer a educação descrita, tendo um alcance desde a sua base fundamental ao superior.

De acordo Jean-Jacques Rousseau (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2009, p. 176): "A criança não deveria ser educada da mesma forma que o adulto, o que era comum a sua época a educação, o processo educativo seria orientado pela natureza da criança a educação deveria dar prioridade as necessidades reais da criança, respeitando seu ritmo de desenvolvimento e as características próprias da infância".

A técnica é o meio mais eficaz de inclusão do cidadão no contexto social; não se dá de forma apressada, o respeito ao limite da criança certamente a judiará no seu desenvolvimento psicológico, e na sua estrutura emocional. Segundo Piaget (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2009, p. 64),

a inteligência é uma estrutura biológica que tem função de adaptar o organismo às exigências do meio essa adaptação acontece através dos esquemas, estrutura cognitiva as quais o individuo se adapta e organiza o meio. Estes esquemas são modificados a partir do desenvolvimento mental, isto é, uma espécie de arquivo mental que ajuda o individuo a situar-se no mundo

Se a educação tivesse recebido dos brasileiros a mesma importância dos franceses no início da República, poderia se ter absorvido o ideal de educação eficiente, mas, infelizmente o Brasil não teve essa visão, mesmo estando tão perto dos franceses, no período da república, não conseguiu perceber essa realidade de um sistema educacional, pois a educação é a mola propulsora do desenvolvimento de um povo, sem educação todas as áreas que formarão o conglomerado administrativo de uma nação desde a sua formação técnica, como a formação de nível superior, fica deficiente a implementação de políticas de desenvolvimento na área de bens e serviços, e que se tenha a valoração do trabalhador.

A educação ineficiente contraria o princípio da garantia, em virtude de que a pessoa que não dominar o mínimo de conhecimento, está fora das oportunidades do mercado de trabalho, saber ler uma placa, o itinerário de um transporte coletivo, metrô e etc. A falta de educação traz para as pessoas constrangimento e restringe a sua mobilidade, com isso tira-lhe a liberdade que é o direito sagrado do ser humano.

Todavia, é notório que houve nos últimos anos uma tomada de consciência em buscar alternativas com as quais a sociedade Brasileira sofreu uma evolução, de modo que desencadeou um novo tipo de sociedade, com novos tipos de problemas, que dá visibilidade e aumenta a importância do profissional da Assistência social, pois por conta de uma educação que não acompanhou o crescimento e os anseios da sociedade em franco desenvolvimento, sobretudo com o advento da globalização e com isso os meios de comunicação como: televisão com programas educativos, tomou impulso com a Internet, que se popularizou, facilitando o seu acesso até pelo celular, o que, por si só já foi algo muito facilitador da comunicação e deu dinâmica ao tratamento dos assuntos, minimizando distância e proporcionando encontros.

A educação, infelizmente, foi impactada negativamente, porque estava vivendo habituada, como diz Paulo Freire; na educação Bancária, não representa a educação libertadora. Quando nasceu das ruas, como uma proposta nova, tendo como grande professor a internet, com os mais diversos assuntos, onde o sujeito repete várias vezes sem contar com o mau humor do professor, desde aulas de programas voltados para atividades culturais que começaram em sua maioria nos ensaios dentro das garagens, quintais de casa e quando foram para as praças públicas encantaram, daí surgiu as inúmeras expressões culturais que estão fazendo parte da grande mídia; enquanto isso, a escola pública que oferece uma educação que não atende os anseios da nova geração foi ficando vazia.

Esse novo fato obrigou as instituições de ensino público ou particular a adotar vários olhares e, para tal foi necessário dentro dessa nova proposta juntar em torno desse objetivo a união dos saberes nas suas diversas ramificações, ou seja, as ciências humanas, exatas e ciência médica, para entender alguns fenômenos que têm surgido de forma espontânea. Assim, nesta perspectiva,

os saberes e os fazeres se aprende ao longo do tempo mesmo sem termos consciência de que eles existem, fazem parte da nossa vida cotidiana as crenças e valores que se professam, a linguagem que se os costumes que se tem, a fé religiosa que é defendida constituem um conjunto dos saberes que retrata a nossa visão de mundo e convivência. (GUIMARAES, 2010, p. 21).

A realidade humana tem se evoluído dia após dia, dando prioridade a investigação, todas as ideias estão se caminhando para estarem bem concatenadas de onde se espera

Primeira forma que o homem usou para organizar sua relação com o mundo foi o senso comum. Também conhecido como conhecimento popular, por incorporar a espontaneidade das coisas que fazem parte da vida do homem, ele trás vários conhecimentos deixados pelas gerações passadas, que absorvida pela nossa sociedade. (GUIMARAES, 2010, p. 21).

A educação se manifesta de forma muito espontânea, todavia não se deve esquecer-se da educação sistematizada que tem o seu lugar diante do livre pensar, pois as coisas acontecem de forma organizada, não se pode se impressionar com expressões que aconteçam na falha, porque o ideal são as expressões populares da nação dentro da escola de forma didática, porém dinâmica, de modo que o seu conteúdo seja eficiente, em tudo que seja da sua competência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento pretende mostrar que não se pode imaginar uma sociedade que seja construída e mantida em boa base, sem os devidos princípios educacionais, um cidadão bem estruturado educacionalmente tem inúmeras vantagens no campo profissional e social, o meio em que se vive requer isso e todos têm esse direito, que ao ser analisado pode-se até concluir, de forma clara, que o caminho da inclusão social, só será trilhado de forma segura, quando houver desenvolvido uma política pública de educação com o proposto de torná-la eficiente, que possa ser considerada entre as classes sociais menos desfavorecidas economicamente, e que esse desfavorecimento não seja interpretado nos gabinetes, vendo os brasileiros como um povo desinteressados, e que não queiram definir o cidadão como preguiçoso, mas carente, onde o negro e o pobre receba do Estado uma educação em que ele vai aproveitar a oportunidade para entrar na universidade, entretanto, a mesma garantia de que ele vai concluir não lhe será dada e ele poderá ficar pelo meio do caminho do necessário conhecimento, pois as séries iniciais estarão lhe faltando.

Não se pode negar que houve um esforço de integração no sistema de cotas, onde se pretende dar ao cidadão o direito de ingressar na universidade, contudo a falta de educação de qualidade na escola pública, não lhe dá a certeza de concluir, pois a sua má formação nas séries iniciais lhe causou um déficit no conhecimento. Vale ressaltar que é desde a infância que o ser humano deve ser trabalhado nos valores educacionais, não no intuito de manter um padrão no meio em que vive, mas sim como forma de garantia de um futuro promissor, no meio pessoal, familiar e social.

A Educação contribui com ações que tornam uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais, além de trabalhar com a consciência e com a oportunidade de possibilitar as pessoas que se tornem conscientes e sujeitas de sua própria história, os políticos costumam ter uma visão de curto prazo; tentam eliminar a desigualdade dando dinheiro para os pobres. Essa tática pode até reduzir a desigualdade no curto prazo, mas investir nas crianças e na qualidade da escola possibilita a formação de bases mais sólidas para o aumento na qualidade de vida. O Brasil pode até ter investido no ensino básico nos últimos anos, mas os níveis ainda são muito baixos, a continuar a diferença de classes, porque os ricos podem pagar por boas escolas, e concentrar o po-

216 | tencial de crescimento, enquanto que os pobres enfrentam a realidade caótica presente na educação pública.

Apesar de a educação ser um bem público e comum a todos, ultimamente vem sendo tratada com descaso por parte dos gestores, que têm em vista uma melhoria na qualidade da educação, porém não agem conforme essa visão, tornando mínima a sua contribuição para o desenvolvimento educacional.

A partir do momento em que for dada atenção a qualidade educacional será descoberta uma nova estrutura de sociedade. Enquanto as instituições não mudarem seus valores estruturais e adotarem estruturas éticas e de boa qualidade será difícil mudar a sociedade, uma vez que a tendência é, contudo, conspirar para a manutenção egoísta.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria José Azevedo; OLIVEIRA, Poliana Reis de. **Psicologia educacional**. Aracaju : Gráfica Gutemberg, 2009.

BISPO, Alessandra Barbosa. **Fundamentos históricos da educação**. Aracaju: UNIT - Gráfica Guthemberg, 2009.

CAMPOS, André et al.(Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ECKERMANN, Peter. **Goethe**. Tradução de OSCEMFORD, John (Londres, 1874). Disponível em:<http://en.wikipedia.org/wiki/Johann_Peter_Eckermann>. Acesso em: 20 maio 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modos, temas e tempos. **Preconceitos, v.6**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. **Práticas interdisciplinares I**. Aracaju: UNIT- Gráfica Guthemberg, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

ORTEGA, César Antônio. **Território, Políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Alinea, 2007.

QUEIROZ, Suely Robles R. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Maria Ozamira da Silva *et al.* **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido em: 16 de julho de 2013

Avaliado em: 17 de julho de 2013

Aceito em: 5 de agosto de 2013

-
- 1 Acadêmica em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT). Campus Itabaiana/Sergipe. E-mail: alessandrabispospereira.2013@live.com
 - 2 Acadêmica em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT). Campus Itabaiana/Sergipe. E-mail: alessandrabispospereira.2013@live.com
 - 3 Mestre em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Especialista em Métodos e Técnicas de Elaboração de Projetos de Intervenção Social - Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG); Especialista em Metodologia do Ensino Superior - Universidade Tiradentes (UNIT); professora da Universidade Tiradentes (UNIT). E-mail: amaralpesquisa@hotmail.com.

Artigo elaborado a partir de atividade desenvolvida na disciplina Práticas Investigativas I no curso de Serviço Social, no semestre 2013.1.